

As decisões da assembleia estatutária da Universidade do Algarve

DUARTE TRIGUEIROS* ■

Recentemente, o Governo iniciou um processo de adaptação dos estatutos das universidades a exigências concretas de qualidade, eficiência, eficácia, mobilidade e outras. O órgão que, na Universidade do Algarve, ficou encarregue de levar por diante tal adaptação de estatutos foi a "assembleia estatutária", eleita para o efeito. Depois de uns meses de deliberações, este órgão está prestes a apresentar as conclusões dos seus trabalhos.

Estas linhas criticam algumas dessas conclusões. Foram inicialmente escritas para uso interno mas, tratando-se de algo que diz respeito a todos nós, vale a pena dar-lhe uma divulgação mais alargada. Certos factos referidos abaixo são exceções e não é justo tirar, a partir deles, inferências quanto à Universidade do Algarve como um todo. Algumas das unidades orgânicas da Universidade do Algarve contam-se entre as melhores do país, como é sabido.

Os membros da assembleia estatutária foram eleitos com base em propostas inovadoras, a serem aplicadas a **toda** a universidade. Mas parecem ter esquecido essas propostas. Os novos estatutos vão ser tão semelhantes aos actuais quanto o novo regime jurídico o permita. De resto, a assembleia dedica-se a traçar, caso a caso, o futuro das unidades orgânicas. Há unidades que se vão juntar; outras não. Mas só se juntam as que se querem juntar.

Será que essa ideia de con-

tentar as capelinhas é boa? Já alguém perguntou por que razão há unidades que **querem** continuar sozinhas? O perigo é que, por detrás desse isolamento, se esconda uma realidade negativa, a do "feudo" ou "quintal" que não quer perder privilégios.

A Universidade do Algarve vai ter de enfrentar três desafios difíceis. O primeiro é o da **eficiência**: as receitas provenientes do Orçamento do Estado diminuirão, ao passo que as receitas próprias levarão tempo a surgir. É preciso passar a usar bem os recursos existentes, sem desperdícios nem luxos. Onde é que esta preocupação se nota nos novos estatutos?

Existem unidades diferentes a oferecerem licenciaturas idênticas, sem a mínima sinergia entre elas. E mantêm os seus próprios professores de Matemática, Estatística, Direito e Sistemas, só para apoiarem essas licenciaturas. Vamos continuar a ter nessas unidades uma porção de matemáticos, secretárias, fotocopiadoras, até licenciaturas, e mais os "bónus" salariais para os respectivos presidentes dos Conselhos Directivo, Científico e Pedagógico?

Nenhuma outra instituição que eu conheça tem um tal esbanjamento de recursos. Precisamos de reconhecer que, por detrás destas duplicações, que não são casos isolados, está apenas a necessidade de alimentar quintais. Mais nada. Se eu fosse dizer no ISCTE que cada departamento deveria passar a ter os seus matemáticos, estatísticos e engenheiros, riam-se de mim. O

ISCTE é um bom termo de comparação pois é bastante diversificado (tem Engenharia, Arquitectura, Antropologia, Sociologia, Gestão) e é quase duas vezes maior do que o sub sistema universitário do Algarve.

O segundo desafio que vamos ter que enfrentar é o da **eficácia**. Ser eficaz é ser capaz de atingir objectivos institucionais, como o de gerar receitas, crescer, publicar. Aqui, também é evidente que o regime de quintal não é nada bom, e por dois motivos.

Primeiro, porque as receitas geradas por áreas vendíveis são gastas dentro das unidades respectivas. Unidades com importância estratégica mas menos vendíveis, não irão ter recursos para crescerem pois a lei do quintal tem sido e é "cada um por si". Ora se isso é assim, para que serve fazermos todos parte da mesma instituição?

Em segundo lugar, o quintal distorce os objectivos institucionais. **O poder corrompe**, e nestes ambientes pequenos e fechados onde, ainda por cima, há autonomia e receitas que chegam para tentar um santo, depressa se instala a falta de profissionalismo no uso desses recursos. O quintal transforma-se num grupo de parceiros, apostados em favorecerem-se uns aos outros. São os chamados **interesses instalados** que se sobrepõem aos objectivos institucionais.

Num quintal, as oportunidades de emprego passam a ser oferecidas a amigos, familiares e conhecidos. Não se abrem cursos nem se faz uma escolha entre vários candidatos. O fim de

uma unidade orgânica passa a ser, não o ensino e a investigação de qualidade, mas a satisfação de interesses e necessidades. Esta falta de profissionalismo trás consigo a falta de qualidade na investigação, pois os docentes que entraram por favor, não por mérito, sabem que só são despedidos se perdem esse favor, não quando perdem o mérito. Portanto deixam cair o mérito. Surgem assim os eternos doutorandos e, de entre os que, talvez passados dez anos ou mais, acabam por se doutorar, poucos publicam.

Os feudos acabam por gerar tudo isto. E com o tempo, resvalam para vícios piores como a acumulação de cargos, arbitrariedades do foro científico, discriminação ou agressividade contra vozes críticas, desprezo pela qualidade do ensino. Pergunto: é esta a "cultura organizacional" que os membros da assembleia estatutária querem "preservar"? É este o seu legado?

Uma terceira característica que os novos estatutos se devem preocupar em implementar é a **qualidade**. Numa universidade, a qualidade vem, em boa medida, dos docentes. Um docente produz a qualidade de ensino mesmo que só tenha um velho quadro preto e um pedaço de giz. E, para além do gosto em ensinar ou experiência pedagógica, essa qualidade depende da profundidade dos conhecimentos, da chamada **competência**.

Só um ambiente arejado, onde as regras sejam mesmo para cumprir, gera competência e portanto qualidade. Podemos enga-

nar uma empresa durante uns dias dizendo que somos especialistas em Logística quando o não somos; mas passados esses dias, vamos para a rua. Na universidade não é assim. Os mecanismos para fazer a necessária triagem com vistas a assegurar a competência e a qualidade, são frágeis e, num regime de quintal, podem ser facilmente contornados.

Um assistente não se doutora dentro dos prazos? Passa a Convidado. O quintal tem poder para fazer isso e muito mais. Quem nomeia os júris para doutoramentos, progressões na carreira e provas de agregação? É o quintal. E quem nomeia relatores para os processos de nomeação definitiva? O mesmo. A partir do momento em que garantir empregos e receitas extra se torna mais importante do que oferecer um bom ensino, o quintal vai crescendo, crescendo, enquanto que a competência vai diminuindo, diminuindo. O bom atrai o bom e o mau atrai o mau. Os ambientes demasiado protegidos matam a qualidade. E quando há dinheiro fácil pelo meio é pior.

Quem aceita a existência de Conselhos Científicos, com os poderes que um Conselho Científico tem, mas postos à disposição de pequenos feudos, é porque **quer** que surjam os vícios referidos. Adeus competência e adeus qualidade. Quando a Agência de Avaliação e Acreditação nos vier visitar, é difícil que se deixem enganar. E então todos iremos sofrer.

Todos. Os benefícios do quintal vão para alguns. Mas os seus custos, os seus riscos, esses re-

caem sobre toda a instituição sob a forma de má fama e más avaliações externas. Aqueles docentes de outras instituições que riam ao verem que o presidente de um órgão tinha a sua própria mulher como secretária, estavam a rir-se de nós, não apenas desse presidente e dessa unidade. E o descrédito de um ensino desleixado onde os docentes que o desejam podem juntar 80 alunos numa mesma "aula prática", também nos atinge a todos.

Em resumo, espanta-me que a assembleia estatutária tenha juntado três unidades numa só mas não queira juntar também o pouco que ficou de fora. É o que se impõe para avançar decididamente na direcção de uma maior eficiência. E é o remédio para vícios que, lá por se falar pouco neles, não deixam de ser graves.

Por que razão ficam de fora unidades pequenas que se comportam como feudos e precisam de dimensão, de profissionalismo, de regras, de arejamento... de tudo o que uma organização por departamentos pode dar? Queremos deixar **na mesma** uma unidade vendível, com fácil acesso a receitas e já com sérios problemas de interesses instalados? Se hoje não existe, em unidades como essa, qualquer sentido de pertença a uma instituição comum (a não ser para usarem a marca UAAlg) como é que vai ser quando o paradigma do quintal for oficialmente entronizado para seu proveito quase exclusivo? É mesmo melhor ir cultivar alfaves.

* Professor catedrático, Faculdade de Economia.